

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2023.

# INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

## Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2022		31/12/2021		Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2022		31/12/2021	
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.420	12.611			Fornecedores	11	2.975	17.574		
Caixa restrito	6	-	4.974			Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	5.400	5.432		
Ativo financeiro de concessão	7	46.090	42.054			Arrendamento mercantil	13	306	313		
Contas a receber	8	5.682	5.052			Obrigações e encargos trabalhistas	14	2.162	1.338		
Impostos e contribuições a compensar	9	2.583	2.894			Obrigações tributárias	15	3.957	1.145		
Outras contas a receber	-	718	548			Partes relacionadas	16	12	12		
		63.493	68.133			Dividendos	19.2	-	193		
								14.812	26.006		
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Realizável a longo prazo						Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	81.485	86.534		
Impostos diferidos	17.1	5.960	6.317			Arrendamento mercantil	13	694	1.000		
Contas a receber	8	25.787	19.889			Impostos diferidos	17.2	71.181	62.423		
Ativo Financeiro de Concessão	7	163.190	158.951			Provisões	18	17.553	12.273		
		194.937	185.157			Receita Diferida	19	2.618	2.825		
								173.531	165.054		
<b>Imobilizado</b>						<b>Total do passivo</b>					
Intangível	10	21	25					188.343	191.060		
		1.815	1.403			<b>Patrimônio líquido</b>					
		196.773	186.585			Capital social	20.1	30.457	30.457		
						Reserva de lucros	20.2	41.466	33.200		
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		71.923	63.658		
<b>Total do ativo</b>		<b>260.266</b>	<b>254.718</b>			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>260.266</b>	<b>254.718</b>		

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

# INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receitas líquidas	-	61.000	55.847
Custos	22	(37.612)	(51.379)
Lucro bruto	21	23.388	4.468
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	23	(7.690)	(7.080)
Outras despesas/receitas operacionais	-	(862)	(1.202)
Lucro/Prejuízo antes do resultado financeiro		14.836	(3.814)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	24	52.620	42.952
Despesas financeiras	25	(14.618)	(11.559)
		38.002	31.393
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		52.838	27.581
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.3	(8.323)	(5.346)
Imposto de renda e contribuição social corrente	17.3	(8.442)	(2.887)
Lucro líquido do exercício		36.073	19.347

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

# INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

---

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado líquido do exercício	36.073	19.347
Resultado abrangente do exercício	<u>36.073</u>	<u>19.347</u>

---

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

---

# INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital Social	Reserva de Lucros		Total do patrimônio líquido	
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros		Lucros do exercício
Em 31 de dezembro de 2020		30.457	4.503	48.757	-	83.717
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	19.347	19.347
Constituição da reserva legal	-	-	966	-	(966)	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	18.381	(18.381)	-
Dividendos pagos	20.2	-	-	(35.653)	-	(35.653)
Juros sobre capital próprio pagos	20.2	-	-	(3.802)	-	(3.802)
Dividendos mínimos obrigatórios 2021	-	-	-	(193)	-	(193)
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios 2020	-	-	-	241	-	241
Em 31 de dezembro de 2021		30.457	5.469	27.731	-	63.658
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	36.073	36.073
Constituição da reserva legal	-	-	1.803	-	(1.803)	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	34.270	(34.270)	-
Dividendos pagos	20.2	-	-	(24.056)	-	(24.056)
Juros sobre capital próprio pagos	20.2	-	-	(3.944)	-	(3.944)
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios 2021	-	-	-	193	-	193
Em 31 de dezembro de 2022		30.457	7.272	34.194	-	71.923

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

# INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	52.838	27.581
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Margem na construção	-	(10)
Encargos sobre empréstimos	11.897	10.187
Depreciações	315	300
Variações Monetárias sobre ativo financeiro	(49.889)	(41.550)
Demais variações monetárias	(2.696)	(773)
Reequilíbrio financeiro	(3.201)	(3.192)
Apropriação Receitas diferidas	(207)	(207)
Provisões	5.281	4.586
Apropriação dos impostos diferidos (pis cofins) impostos no resultado	795	571
	<u>15.134</u>	<u>(2.507)</u>
Variações em saldos de ativos e passivos		
Ativo financeiro de concessão	41.613	41.295
Contas a receber	(630)	4.468
Impostos e contribuições a compensar	312	(2.550)
Adiantamentos a fornecedores	(171)	224
Outras contas a receber	1	(21)
Fornecedores	(14.599)	4.261
Obrigações e encargos trabalhistas	825	(104)
Obrigações tributárias	2.812	(739)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.442)	(2.887)
Arrendamento mercantil CPC 06	(312)	(581)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>36.542</u>	<u>40.858</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Caixa restrito	4.974	(4.974)
Mútuo recebido	-	14.885
Aquisições Ativo imobilizado/intangível	(728)	(236)
Aquisições do ativo financeiro em formação	-	(53)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>4.246</u>	<u>9.621</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com terceiros		
Captação de financiamentos		-
Amortizações de financiamentos	(5.047)	(2.461)
Pagamentos de juros sobre financiamentos	(12.293)	(8.754)
Custo na captação de recursos de terceiros	259	(2.176)
Captação de arrendamento mercantil	183	166
Pagamentos de arrendamentos	(65)	(535)
Pagamentos de juros sobre arrendamento mercantil	(15)	(32)
Caixa proveniente/aplicado nas atividades de financiamento com terceiros	<u>(16.979)</u>	<u>(13.792)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com acionistas		
Pagamento de dividendos	(24.056)	(35.653)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(3.944)	(3.802)
Contas-correntes com partes relacionadas	-	(124)
Caixa proveniente/aplicado nas atividades de financiamentos com acionistas	<u>(28.000)</u>	<u>(39.579)</u>
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.191)</u>	<u>(2.891)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	12.611	15.502
No fim do exercício	8.420	12.611
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.191)</u>	<u>(2.891)</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada no município de Sorocaba - SP, constituída em julho de 2014, e tem como objeto social, única e exclusivamente sob o regime de concessão, realizar a construção, fornecer equipamentos, bem como, realizar a manutenção e gestão dos serviços não assistenciais em Complexos Hospitalares no Estado de São Paulo, o qual inclui a elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Hospital Estadual de Sorocaba.

O Governo do Estado de São Paulo, via sua Secretaria de Estado da Saúde, com o interesse em aumentar a oferta de serviços assistenciais de saúde prestados à população, identificou especialidades ainda não supridas pelo Poder Público. Diante disso, transferiu à iniciativa privada a construção de novos Complexos Hospitalares, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, bem como a prestação dos serviços "Bata Cinza", visando aprimorar a gestão administrativa e melhorando o atendimento e a oferta de serviços e, nessas condições, a opção que melhor se adequou aos interesses do Estado de São Paulo e ao interesse público foi a contratação de Parceria Público-Privada, no modelo de Concessão Administrativa.

O Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo autorizou a contratação desta Concessão Administrativa, aprovando sua modelagem e incluindo o projeto no Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo, em ato publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de 17 de outubro de 2014 - Poder Executivo - Seção I - página 5.

O objeto do Contrato de Concessão Administrativa dos Serviços "Bata Cinza" no Complexo Hospitalar é a realização das obras e investimentos para a construção, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, nos termos das disposições do Contrato, assim resumido:

- i. Elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Complexo Hospitalar, objeto do Contrato;
- ii. Construção e implantação do Complexo Hospitalar;
- iii. Fornecimento, instalação, comissionamento, atualização e manutenção dos equipamentos médico-hospitalares necessários ao Complexo Hospitalar objeto do Contrato;
- iv. Fornecimento, instalação, atualização e manutenção dos mobiliários necessários ao funcionamento do Complexo Hospitalar objeto do Contrato;
- v. Prestação dos Serviços "Bata Cinza";
- vi. Obtenção, aplicação e gestão de todos os recursos financeiros necessários à execução do objeto do Contrato.

O complexo hospitalar de Sorocaba foi concluído em março de 2018 onde a Companhia iniciou as operações de serviços Bata Cinza. O prazo desta Concessão Administrativa será de 20 (vinte) anos, contados a partir da assinatura em 01 de setembro de 2015 do Termo de Transferência Inicial, podendo ser prorrogado pelo mesmo período mediante justificativa apresentada pelo Poder concedente.

## 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 21 de março de 2023.

Em conformidade com a Orientação "OCPC 07 - Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral", as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

## 3. Principais práticas contábeis adotadas

### 3.1. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo, com liquidez imediata, com vencimentos originais em até três anos, indexadas ao CDI e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo.

### 3.2. Ativo financeiro de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. As concessões estão dentro do alcance da ICPC 01 quando se considera que estão de acordo com os termos dos contratos de concessão. Os gastos com a infraestrutura não são registrados no ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle de uso da infraestrutura de serviços públicos. É previsto apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O respectivo ativo está classificado como Ativo Financeiro, considerando que existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da autoridade concedente.

### 3.3. Contas a receber

O Contas a receber está constituído pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza" e pelos valores de reequilíbrio financeiro junto a Secretaria do Estado de Saúde.

As contraprestações variáveis estão em sua totalidade relacionados a indicadores de desempenho previstos no Contrato de Concessão. A Companhia possui um sistema de acompanhamento sistêmico de indicadores com aferições mensais e avaliados pelo Poder Concedente através de verificador independente. Até o momento, a Companhia não recebeu nenhuma notificação de desaprovação pelo Poder Concedente.

### 3.4. Impostos e contribuições

Os impostos e contribuições a compensar são constituídos por créditos de pagamento a maior de impostos federais e saldo negativo de IRPJ e CSLL.

### 3.5. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

### 3.6. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São registrados na conta de provisão de manutenção os gastos necessários para recuperar a infraestrutura a um nível específico de operacionalidade antes de devolvê-la ao Poder Concedente. A contabilização é realizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão e atualizados com base no IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis estão demonstrados na nota 18.1 e os que são avaliados por nossa assessoria jurídica como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

### 3.7. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

### 3.8. Contratos de arrendamento

Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como direito de uso, ativo financeiro ou custo em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso.

Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com o prazo do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

### 3.9. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos

As despesas de Imposto de Renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

### 3.10. Capital social

Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido.

### 3.11. Apurações do resultado

A receita de construção foi reconhecida considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo financeiro.

As receitas e despesas de construção tem como contrapartida o ativo financeiro, tendo em vista o direito incondicional de receber caixa do poder concedente.

A receita de concessão é constituída pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza".

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de "Receitas/Despesas financeiras".

### 3.12. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa.

### 3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

CPC 27 - Ativo Imobilizado - Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022;

CPC 15 (R1) - Combinação de negócios - Alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais com a estrutura conceitual das IFRS, efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022;

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Alterações à IAS 37). Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato.

Não houve impacto significativo das demonstrações da Companhia.

### 3.14. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações Contábeis da Companhia, a saber:

- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Alteração na norma IAS 8 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;

- CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Alteração na norma IAS 12 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- CPC 50 - Contratos de Seguro - Alteração na norma IFRS 17 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e
- CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024.

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como atual ou não atual. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em maio de 2020, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024.

A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que são emitidas pelo IASB. A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

#### 4. Gestão de risco financeiro

##### 4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

#### 4.2. Risco de mercado

##### (i) Risco cambial

Considerado praticamente nulo em virtude de a Companhia não possuir ativos ou passivos significativos denominados em moeda estrangeira.

##### (ii) Risco de taxas de juros

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 5.

A exposição da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros de mercado refere-se principalmente às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Esse risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de maneira dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento.

#### 4.3. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez eficaz para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

#### 4.4. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

#### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e Bancos	465	331
Aplicações financeiras		
Banco Bradesco S/A	7.114	11.913
Banco Santander S/A	841	367
	<u>8.420</u>	<u>12.611</u>

As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em debêntures com compromisso de recompra e rendem juros que variam entre 95% a 103% do CDI.

#### 6. Caixa restrito

O saldo de caixa restrito no montante de R\$ 4.974 em 2021 foi substituído pelo contrato de fiança junto ao Banco Itaú Unibanco S/A.

#### 7. Ativo financeiro de concessão

O saldo representa a infraestrutura da concessão e corresponde ao direito contratual de receber caixa através da contraprestação mensal fixa, conforme demonstrativo a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>Movimentações</u>	<u>31/12/2022</u>
Movimentações ativo financeiro	372.990	-	372.990
Variação monetária sobre ativo financeiro	155.316	49.889	205.205
Recebimentos de aportes	(192.489)	-	(192.489)
Recebimentos contraprestação fixa	(134.812)	(41.613)	(176.426)
	<u>201.005</u>	<u>8.276</u>	<u>209.280</u>

O valor devido pelo Poder Concedente é mensurado ao custo amortizado e os juros calculados com base no método da taxa efetiva de juros (TIR 1,56% 2022 e TIR 1,49% 2021), são reconhecidos no resultado.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Financeiro de concessão	209.280	201.005
	<u>209.280</u>	<u>201.005</u>
Circulante	46.090	42.054
Não circulante	163.190	158.951

8. Contas a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber		
Parcela variável	5.545	5.060
Reequilíbrio financeiro	25.787	19.889
Receita Acessória	158	12
Direito de exploração	(20)	(20)
	<u>31.469</u>	<u>24.941</u>
Circulante	5.682	5.052
Não circulante	25.787	19.889

A linha "Direito de Exploração" refere-se à participação da Secretaria do Estado de Saúde de 25% sobre o valor bruto das receitas acessórias.

A linha "Reequilíbrio financeiro" refere-se aos saldos a receber dos pedidos de recomposição patrimonial dos valores de diferença de alíquota de ISS e, atualização monetária e juros incidente sobre o inadimplemento no pagamento das parcelas de Aporte Público e Contraprestações Mensais pelo Poder Concedente à Companhia. Decorrido os prazos de recebimento estabelecido em contrato aplica-se multa pecuniária de 2% e acréscimo de juros de mora correspondente à variação pro rata die da taxa SELIC.

9. Impostos e Contribuições a Compensar

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo negativo de IRPJ	1.763	2.161
Saldo negativo de CSLL	781	700
Outros impostos e contribuições	39	33
	<u>2.583</u>	<u>2.894</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
(Em milhares de Reais)

## 10. Intangível

Intangível	Custo	Atualização de contrato	Amortização acumulada	31/12/2022	31/12/2021
				Líquido	Líquido
Direito de uso do ativo	1.774	-	(885)	889	1.185
Softwares	763	-	-	763	217
Computadores	183	-	(20)	163	-
	<u>2.720</u>		<u>(905)</u>	<u>1.815</u>	<u>1.402</u>

## 11. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Spdm - Hosp. Reg. De Sorocaba Bata Cinza	-	14.268
Demais Fornecedores	2.975	3.305
	<u>2.975</u>	<u>17.573</u>

A Companhia reincidiu o contrato de prestação de serviços com o fornecedor SPDM. Quando do início das operações em 2018, as condições inicialmente pactuadas haviam sido substancialmente alteradas e a Companhia assumiu diretamente parte significativa dos serviços previstos no escopo das obrigações da contratada, alterando substancialmente as obrigações e a operação do referido fornecedor. Além disso, a Companhia apurou diversas irregularidades e descumprimentos contratuais cometidos pela SPDM. Nesse contexto, a Companhia ajuizou processo contra o fornecedor contestando os valores apurados pelo fornecedor. O posicionamento do escritório jurídico é de perda "possível". Atendendo a regra do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, os valores provisionados foram revertidos para o resultado e os valores estão divulgados na NOTA explicativa nº 18.1.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
(Em milhares de Reais)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Instituições financeiras	Taxas Contratuais	Vencimento final	31/12/2022			31/12/2021
			Circulante	Não circulante	Total	Total
BNDES - Ponte A (a)	IPCA + 3,17% a.a. + Spread 2,94% a.a.	Agosto de 2034	298	6.506	6.804	7.106
BNDES - Ponte B (a)	IPCA + 3,03% a.a. + Spread 2,94% a.a.	Agosto de 2034	1.102	23.830	24.932	26.042
BNDES - Capital de giro (b)	IPCA + 3,03% a.a. + Spread 2,94% a.a.	Agosto de 2034	1.409	30.473	31.882	33.303
(-) Custos na captação de recursos			(112)	(880)	(992)	(1.048)
			<u>2.697</u>	<u>59.929</u>	<u>62.626</u>	<u>65.403</u>
			Circulante	Não circulante	Total	Total
1º emissão de debêntures (c)	CDI + 3,60% a.a.	Setembro de 2029	2.795	22.122	24.917	27.539
(-) Custos na captação de empréstimos			(208)	(716)	(924)	(1.127)
			<u>2.587</u>	<u>21.406</u>	<u>23.993</u>	<u>26.412</u>
			Circulante	Não circulante	Total	Total
Daycoval Banco Múltiplo - Leasing	Pré fixada 0,8336% a.m.	Setembro de 2024	65	48	113	173
(-)Ajuste a valor presente			(8)	(2)	(10)	(22)
Daycoval Banco Múltiplo - Leasing	Pré fixada 0,3457% a.m.	Agosto de 2025	65	109	174	-
(-)Ajuste a valor presente			(6)	(4)	(10)	-
			<u>116</u>	<u>151</u>	<u>267</u>	<u>151</u>
			<u>5.400</u>	<u>81.485</u>	<u>86.885</u>	<u>91.966</u>

- a) Em 31 de agosto de 2021 através do 11º contrato aditivo, a Companhia realizou a prorrogação do saldo da dívida na modalidade empréstimo-ponte no valor de R\$ 33.102 com o banco BNDES - Banco Nacional para o Desenvolvimento Nacional. O empréstimo será pago em 156 prestações mensais e sucessivas apuradas de acordo com o contrato;
- b) Em 31 de agosto de 2021 através do 9º contrato aditivo, a Companhia realizou a prorrogação do saldo da dívida na modalidade de capital de giro no valor de R\$ 33.258 com o banco BNDES - Banco Nacional para o Desenvolvimento Nacional. O empréstimo será pago em 156 prestações mensais e sucessivas apuradas de acordo com o contrato.

Os recursos foram destinados ao apoio à implantação do complexo hospitalar de Sorocaba.

- c) Em 19 de agosto de 2021, através de aprovação em Assembleia geral extraordinária a Companhia aprovou a realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única. O valor total da emissão é R\$ 27.160 totalizando um montante de 27.160 debêntures com valor Nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Os recursos obtidos serão destinados para pagamento do saldo da dívida junto ao Banco Bradesco e, investimentos na manutenção do hospital de Sorocaba.

- d) Em 28 de abril de 2021 a Companhia realizou contrato de arrendamento mercantil com o Bando Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S/A no valor de R\$ 166 para a renovação do parque tecnológico do Hospital Estadual de Sorocaba.  
Em 19 de abril de 2022 a Companhia realizou contrato de arrendamento mercantil com o Bando Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S/A no valor de R\$183 para aquisição de computadores para o escritório administrativo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
(Em milhares de Reais)

Os empréstimos, financiamentos e debêntures apresentam a seguinte movimentação:

<b>Saldos no início do exercício</b>	<b>91.966</b>
<b>Arrendamento mercantil</b>	<b>183</b>
<b>Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos</b>	<b>11.897</b>
<b>Amortização de empréstimos, financiamentos e arrendamentos</b>	<b>(5.113)</b>
<b>Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos</b>	<b>(12.308)</b>
<b>Custo na emissão de empréstimos e financiamentos</b>	<b>258</b>
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>86.884</b>

**As parcelas do não circulante estão demonstradas a seguir por vencimento:**

Empréstimos

	2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2034	Total
Ponte A	298	362	406	450	494	4.794	6.804
Ponte B	1.102	1.337	1.495	1.658	1.815	17.524	24.931
Capital de Giro	1.409	1.710	1.912	2.120	2.322	22.408	31.881
	<u>2.810</u>	<u>3.409</u>	<u>3.812</u>	<u>4.228</u>	<u>4.631</u>	<u>44.726</u>	<u>63.616</u>

Debêntures

	2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2034	Total
Banco Bradesco	2.795	3.030	3.343	3.698	4.090	7.962	24.917
	<u>2.795</u>	<u>3.030</u>	<u>3.343</u>	<u>3.698</u>	<u>4.090</u>	<u>7.962</u>	<u>24.917</u>

Leasing

	2023	2024	2025	Total
Banco Daycoval	130	114	43	287
	<u>130</u>	<u>114</u>	<u>43</u>	<u>287</u>

**Garantias da operação**

A Companhia celebrou contrato de compartilhamento de garantias para assegurar o pagamento das obrigações de juros e principal ao BNDES e ao Agente fiduciário. As garantias são constituídas pelos direitos emergentes do Contrato de Concessão, de titularidade da Companhia, incluindo o direito de receber todos e quaisquer valores pendentes de pagamento pelo Poder Concedente e/ou pela Companhia Paulista de Parcerias - CPP à Companhia.

Além da cessão fiduciária, a Companhia mantém como garantia de pagamento das obrigações dos contratos, conta vinculada destinada a receber os créditos decorrentes dos créditos cedidos e, carta fiança junto ao Banco Itaú.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
(Em milhares de Reais)

Cláusulas Contratuais Restritivas - Covenants

Os covenants e as cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos com o BNDES e emissão de debêntures estão demonstradas a seguir:

ICP - Índice de Capita Próprio (ICP) igual ou superior a 0,20;

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido	71.923	63.657
Ativo Total	260.266	254.718
ICP	0,28	0,25

Após o atingimento do completion físico e financeiro, a Companhia poderá realizar pagamentos aos sócios ou acionistas, a título de dividendos e juros sobre capital próprio, em cada exercício social, observando as seguintes condições:

ICSD igual ou superior a 1,30 - a beneficiária poderá distribuir recursos, independente da anuência prévia do BNDES;

ICSD inferior a 1,30 e superior a 1,20 - a beneficiária poderá distribuir até 25% do resultado, independente de anuência prévia do BNDES;

ICSD inferior a 1,20, fica a beneficiaria vedada a distribuição de resultados sem prévia anuência do BNDES.

	31/12/2022	31/12/2021
Geração Operacional de Caixa	48.328	34.896
Ebitda ajustado	56.770	37.783
(-) Imposto de renda e contribuição social corrente	(8.442)	(2.887)
Serviço da dívida	(17.421)	(11.782)
Pagamento de juros	(12.308)	(8.786)
Pagamento de principal	(5.113)	(2.996)
ICSD	2,77	2,96

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia está em conformidade com cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures e financiamento do BNDES.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
(Em milhares de Reais)

## 13. Arrendamento mercantil

A Companhia possui contrato de subarrendamento celebrado com a Controladora. Os registros foram realizados nas contas de Ativo Não Circulante "Intangível" em contrapartida do Passivo Circulante e Não Circulante "arrendamento mercantil" com base no CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil. Cada pagamento efetuado é baixado do passivo circulante e o custo financeiro alocado no resultado em despesas financeiras.

Foi adotado como taxa de desconto dos passivos de arrendamento mercantil a taxa de 0,7588% a.m. O direito de uso do intangível é amortizado pelo método linear considerando o prazo executável do contrato, lançado na demonstração do resultado como "Amortização".

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante	306	313
Não circulante	694	1.000

Segue abaixo a movimentação do saldo de arrendamento mercantil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>1.313</u>
Novos contratos	-
Pagamentos - principal	(308)
Pagamentos - juros	(101)
Apropriação de encargos financeiros	97
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u><u>1.000</u></u>

## 14. Obrigações trabalhistas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão para Férias e encargos	967	637
Ordenados e salários a pagar	564	319
INSS a Pagar	346	201
IRRF a Pagar	190	122
FGTS a Pagar	88	52
Outros	7	7
	<u><u>2.162</u></u>	<u><u>1.338</u></u>

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
(Em milhares de Reais)

---

15. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cofins a recolher	465	427
ISS a recolher	455	415
IRPJ a recolher	1.897	-
PIS/COFINS/CSLL retido na fonte	140	125
CSLL a recolher	730	-
INSS retido na fonte	117	58
Pis a recolher	96	88
ISS retido na fonte	46	25
IR retido na fonte	11	7
	<u>3.957</u>	<u>1.145</u>

16. Partes relacionadas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas-correntes passivas		
Construcap CCPS Eng.e Com S.A.	12	12
Passivo circulante	<u>12</u>	<u>12</u>

Os saldos de contas correntes passivas referem-se ao contrato com a Controladora de compartilhamento de despesas do escritório central.

A Companhia também possui com a Controladora, contrato de subarrendamento de imóvel. Os valores de subarrendamento estão apresentados na Nota 10 - Ativo intangível e Nota 13 - Arrendamento mercantil.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
(Em milhares de Reais)

---

17. Impostos diferidos

17.1. Impostos de renda e Contribuição Social diferidos registrados no Ativo

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Bases temporárias		
Base de cálculo temporárias exercicios anteriores	18.577	14.288
Movimentações da base do diferido, líquidos	(1.052)	4.289
Base ajustada	17.525	18.577
Imposto de renda diferido	4.382	4.645
Contribuição social diferido	1.578	1.672
	5.960	6.317

As bases temporárias são constituídas dos valores de provisão para reinvestimentos adicionados da sua atualização financeira.

17.2. Impostos diferidos registrados no Passivo

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de R\$ 71.181 (R\$ 62.423 em 2021), representam os valores de impostos diferidos da receita total da construção, variações monetárias sobre o ativo financeiro e recebimentos futuros de reequilíbrio financeiro.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
(Em milhares de Reais)

Com base na IN 1700 de 2017 RFB, os valores de Pis/Cofins e IRPJ/CSLL devem ser recolhidos a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ")		
Ativo financeiro de concessão	7.926	8.548
Variação monetária do ativo financeiro	27.810	22.700
Reequilíbrio financeiro	5.969	4.600
	<u>41.705</u>	<u>35.848</u>
Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")		
Ativo financeiro de concessão	2.853	3.077
Variação monetária do ativo financeiro	10.012	8.172
Reequilíbrio financeiro	2.149	1.656
	<u>15.014</u>	<u>12.905</u>
Programa de Integração Social ("PIS")		
Ativo financeiro de concessão	1.314	1.417
Variação monetária do ativo financeiro	723	590
Reequilíbrio financeiro	323	252
	<u>2.360</u>	<u>2.259</u>
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")		
Ativo financeiro de concessão	6.065	6.542
Variação monetária do ativo financeiro	4.447	3.630
Reequilíbrio financeiro	1.590	1.239
	<u>12.102</u>	<u>11.411</u>
Total dos impostos diferidos passivos	<u><u>71.181</u></u>	<u><u>62.423</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
(Em milhares de Reais)

17.3. Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no Resultado

Descrição:	Imposto de	Contribuição	Total	Imposto de	Contribuição	Total
	renda	Social		renda	Social	
	31/12/2022			31/12/2021		
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	52.838	52.838	52.838	27.580	27.580	27.580
Adições	38.492	38.492	38.492	31.158	31.158	31.158
Realização da margem da construção	2.487	2.487	2.487	2.698	2.698	2.698
Realização da variação monetária	29.447	29.447	29.447	22.500	22.500	22.500
Bases temporárias	5.257	5.257	5.257	4.585	4.585	4.585
Outras adições	1.300	1.300	1.300	1.375	1.375	1.375
Exclusões	(66.017)	(66.017)	(66.017)	(50.028)	(50.028)	(50.028)
Margem da Construção	-	-	-	(10)	(10)	(10)
Variação monetária sobre contrato de concessão	(49.889)	(49.889)	(49.889)	(41.551)	(41.551)	(41.551)
Juros sobre capital próprio	(3.944)	(3.944)	(3.944)	(3.802)	(3.802)	(3.802)
Reequilíbrio financeiro	(5.476)	(5.476)	(5.476)	(3.652)	(3.652)	(3.652)
Reversão de provisão	(6.308)	(6.308)	(6.308)	-	-	-
Outras exclusões	(400)	(400)	(400)	(1.013)	(1.013)	(1.013)
Resultado fiscal antes da compensação do prejuízo	25.313	25.313	25.313	8.709	8.709	8.709
Imposto calculado	(6.305)	(2.277)	(8.582)	(2.153)	(784)	(2.936)
(-) PAT Programa de atenção ao trabalhador	65	-	65	50	-	50
(-) PAT Doações	75	-	75	-	-	-
Impostos correntes registrados no resultado	(6.165)	(2.277)	(8.442)	(2.103)	(784)	(2.887)
	Imposto de	Contribuição	Total	Imposto de	Contribuição	Total
	renda	Social	31/12/2022	renda	Social	31/12/2021
Ativo financeiro de concessão	622	225	846	672	243	915
Variação monetária de ativo financeiro	(5.110)	(1.840)	(6.950)	(4.763)	(1.715)	(6.478)
Bases temporárias	(263)	(95)	(358)	1.072	386	1.458
Reequilíbrio financeiro	(1.369)	(493)	(1.862)	(913)	(329)	(1.242)
Impostos diferidos registrados no resultado	(6.120)	(2.202)	(8.323)	(3.932)	(1.414)	(5.346)

18. Provisões

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões para reinvestimento	17.529	12.273
Provisões para contingências	24	-
	17.553	12.273

O contrato de concessão com a Secretária do Estado de Saúde prevê que o parceiro privado realize todas as substituições, atualizações e manutenções dos equipamentos, de modo a atingir a plena satisfação dos indicadores de desempenho. Diante desta obrigação contratual, a Companhia vem provisionando valores referente aos reinvestimentos em equipamentos que deverão ser realizados ao longo do período de concessão. Os valores são reajustados com base nos índices de inflação - IPCA.

### 18.1. Passivo Contingente

A Companhia é parte envolvida em processos de origem trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações no montante de R\$ 282 com a avaliação de nossos advogados de perdas possíveis. Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e legislação aplicável, as contingências que na opinião de nossos assessores jurídicos são consideradas com probabilidades de perdas possíveis, não devem ser registradas nas demonstrações contábeis.

Companhia rescindiu o contrato com o fornecedor SPDM Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina e ajuizou processo contestando os valores apurados pelo fornecedor. O posicionamento do escritório jurídico é de perda "possível". Atendendo a regra do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, os valores serão demonstrados abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
SPDM Associação Pta. Para o Desenv. Da Medicina	21.195	-
	<u>21.195</u>	<u>-</u>

### 19. Receita diferida

O contrato de concessão firmado com a Secretária do Estado de Saúde prevê a exploração de receitas acessórias no Hospital, mediante contratação de terceiros ou via subsidiária integral da Cedente. Em 2018, a Companhia celebrou contrato para a exploração de atividade de estacionamento de veículos na área do Hospital Estadual de Sorocaba. Essa contratação contempla o recebimento a título de outorga, no valor de R\$ 4.800 recebidos em parcela única e registrados como Receita Diferida no balanço da Companhia. A apropriação da receita será realizada pelo período de 17 anos (209 meses) de acordo com o contrato.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita diferida	2.618	2.825
	<u>2.618</u>	<u>2.825</u>

### 20. Patrimônio Líquido

#### 20.1. Capital Social

O capital social subscrito da Companhia é de R\$ 30.457, representado por 30.456.694 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente integralizado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
(Em milhares de Reais)

## 20.2. Dividendos

Observadas as condições do Edital e do Contrato de Concessão com a secretaria Estadual de Saúde de São Paulo e a satisfação das Cláusulas restritivas - Covenants previstos no empréstimo com o BNDES e na emissão de debêntures (vide Nota 12), a Companhia poderá efetuar livre distribuição de dividendos a seus acionistas com base em balanço levantado em cada ano civil, podendo, porém, levantar balanços extraordinários para esse fim. Em 2022, a administração decidiu pelo pagamento de dividendos no montante de R\$ 24.056 (R\$ 35.653 em 2021) e pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 3.944 (R\$ 3.802 em 2021).

## 21. Lucro bruto

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de concessão	65.516	60.123
Receita de construção da concessão	-	63
Receitas acessórias	521	499
Receitas sobre reequilíbrio financeiro	3.201	2.707
Tributos sobre concessão	(7.763)	(7.123)
Tributos sobre construção da concessão	-	(3)
Tributos sobre as receitas acessórias	(48)	(46)
Tributos sobre reequilíbrio financeiro	(296)	(250)
Dedução sobre receitas acessórias	(130)	(124)
Receita operacional líquida (b)	<u>61.001</u>	<u>55.847</u>
(-) Custo da construção	-	(53)
(-) Custo da operação	(53.263)	(51.326)
(+) Reversão de provisão (SPDM)	15.649	-
Lucro bruto (a)	<u>23.388</u>	<u>4.468</u>
Margem % ((a) / (b))	<u>38,34%</u>	<u>8,00%</u>

O aumento na Margem deve-se à reversão da constituição de provisão para pagamentos ao fornecedor "SPDM" descritos na nota explicativa 11 - Fornecedores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
(Em milhares de Reais)

## 22. Custos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Serviços contratados	(29.371)	(32.719)
Custo com pessoal	(8.863)	(4.990)
Provisões para reposições do ativo financeiro	(3.521)	(3.590)
Manutenção Predial	(3.548)	(2.715)
Materiais e equipamentos hospitalares	(3.786)	(3.716)
Serviços de TI	(2.218)	(2.118)
Reposição ativo financeiro	(298)	(399)
Reversão de provisão (SPDM)	15.649	-
Outros custos	(1.657)	(1.079)
	<u>(37.612)</u>	<u>(51.326)</u>
Custo da construção do ativo financeiro	<u>-</u>	<u>(53)</u>
	<u>(37.612)</u>	<u>(51.379)</u>

## 23. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas com pessoal	(5.409)	(5.323)
Serviços de terceiros	(767)	(652)
Depreciações e amortizações	(320)	(300)
Impostos e taxas	(270)	(136)
Outras receitas/despesas	(923)	(668)
	<u>(7.690)</u>	<u>(7.080)</u>

## 24. Receitas financeiras

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Variações monetárias s/ativo financeiro	49.889	41.550
Juros sobre mútuo	265	1.115
Juros sobre aplicações financeiras	1.980	1.110
Variações monetárias s/reequilibrio	2.697	770
Juros sobre atraso no recebimento	-	485
Outras receitas financeiras	339	17
Impostos sobre receitas financeiras	(2.550)	(2.095)
	<u>52.620</u>	<u>42.952</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
(Em milhares de Reais)

As variações monetárias ativas referem-se à atualização do Ativo Financeiro com base na taxa interna de retorno.

25. Despesas financeiras

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Juros sobre empréstimos	(11.830)	(10.109)
Despesas financeiras sobre provisão	(1.736)	(996)
Custos nas transações com empréstimos	(388)	(128)
Juros sobre arrendamento (CPC 06)	(97)	(120)
Juros sobre arrendamento	(15)	(78)
Iof sobre operações financeiras	(64)	(12)
Outras despesas financeiras	(488)	(116)
	<u>(14.618)</u>	<u>(11.559)</u>

26. Informações complementares de Ebitda (não auditado)

Abaixo segue o Ebitda ajustado considerando os pagamentos das contraprestações mensais fixas que representam a remuneração do Ativo Financeiro:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro/prejuízo operacional antes do imposto de renda e resultado financeiro	14.836	(3.814)
(+)depreciações/amortizações	320	300
Ebitda	<u>15.156</u>	<u>(3.515)</u>
(+) Recebimento parcela fixa	41.613	41.295
Ebitda ajustado	<u>56.770</u>	<u>37.782</u>

27. Seguros (não auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação.

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
(Em milhares de Reais)

---

A Companhia mantém apólices específicas, como a seguir demonstrado:

<i>(em milhares de reais)</i>	Montante da
<u>Ramo</u>	<u>Cobertura</u>
Riscos nomeados	106.226
Responsabilidade civil	25.641
Responsabilidade civil hospitalar	15.670

## 28. Eventos subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.